

NOSSA AGECEF

O Jornal da Associação dos Gestores da Caixa - Bahia

Nº 32 - Março de 2017



Presidente: Antônio Vianna

Saúde Caixa: um problema de gestão

O Saúde Caixa tinha tudo para atender os usuários com qualidade.

A situação financeira é boa. Mas, sem gestão eficiente, os empregados da Caixa passam por maus bocados. Os problemas são diversos. Há casos até de constrangimento. O pior. Não se tem a quem recorrer.

Página 3

E mais...

Empregado deve cobrar atuação dos representantes nos Conselhos

Página 2

AGECEF-BA participa ativamente do 60º ENEAGECEF, em São Paulo

Página 4

Conselhos devem ajudar na relação entre empregado e empresa

Muitas empresas hoje no Brasil possuem na sua estrutura um conselho, que deve ajudar na administração do negócio de forma transparente e democrática, sempre buscando soluções que atendam também aos anseios dos empregados.

A Caixa, como muitos outros bancos, tem Conselhos nas mais diversas estruturas, como FUNCEF, Saúde Caixa e o Conselho de Administração. Na instituição financeira, no entanto, os conselhos são formados também por empregados eleitos pelo corpo de pessoal. Estes devem defender os interesses dos trabalhadores diante da direção da empresa. Mas é preciso atuar.



Conselhos devem ajudar na relação entre empregados e empregador. A Caixa não foge à regra

Conselho de Administração

O Conselho de Administração deve orientar os negócios da Caixa. É, na prática, responsável pelas diretrizes, desafios e objetivos da instituição financeira. A representação dos empregados nos Conselhos das empresas estatais e de economia mista federais foi estabelecida pela Lei nº 12.353, de dezembro de 2010.

De acordo com a legislação, a presença de representante dos trabalhadores no Conselho de Administração é para permitir aos empregados colocar a sua visão na condução da empresa pública a serviço do desenvolvimento do país.

Na Caixa, a cada três anos, os empregados participam do pleito. Neste ano, foram empossados Rita Serrano (titular) e Oreny Francisco (suplente). Mas, para chegar até aí foi um longo processo. A empresa descumpria a lei. Depois, demorou de o conselheiro eleito ser efetivado com a posse.

Conselho de Usuários do Saúde Caixa

O Conselho de Usuários do Saúde Caixa é autônomo, mas não possui poder deliberativo. É composto de forma paritária por cinco membros titulares eleitos pelos participantes e cinco indicados pela Caixa, além dos suplentes.

Criado em 2003, com mandato de 36 meses, tem como objetivo dar transparência e possibilidade de acompanhamento da gestão financeira e administrativa.

Representam os empregados hoje no Conselho, Ivanilde Moreira (Apcef/SP), Eliane Streicher (aposentada de SP), Maria Izabel Menegatti (Rio de Janeiro/RJ), Edmar Martins André (Vitória/ES), Zuleida Martins Rosa (aposentada de SC), Helenilda Ribeiro Cândido (DF), Márcia Boiczuk Krambeck (aposentada do PR), Lillian Minchin (SP), Vera Lúcia Leão (aposentada de GO) e Paulo Moretti (aposentado de PE).

Conselho Deliberativo da FUNCEF

O Conselho Deliberativo da FUNCEF é o órgão máximo de deliberação. Responsável pela definição da política geral de administração da entidade e dos planos de benefícios. O Conselho Deliberativo é integrado por seis membros efetivos e seis suplentes, é paritária entre representantes dos participantes, inclusive assistidos, e da Patrocinadora.

A FUNCEF tem ainda o Conselho Fiscal, órgão de controle interno. Cabe a ele emitir juízo de adequação formal dos atos de gestão administrativa e econômico-financeira, com o objetivo de verificar a observância, em cada caso, da legislação e das demais normas aplicáveis à entidade. É composto por quatro membros efetivos, sendo dois indicados pela Patrocinadora e dois eleitos pelo voto direto. O mesmo se aplica aos membros suplentes.

Caixa divulga o balanço: decepção

A Caixa obteve lucro líquido de R\$ 4,137 bilhões no ano passado, queda de 43% na comparação com 2015. No quarto trimestre, o balanço foi de R\$ 691 milhões, resultado que indica aumento de 11,2% ante o mesmo período do ano anterior.

Apesar de o lucro líquido ter caído em 2016, as demais operações do banco apresentaram resultados positivos. A carteira de crédito cresceu 1,4% chegando a R\$ R\$ 709,3 bilhões. O crédito habitacional também elevou 5,6%, alcançando R\$ 406,1 bilhões.

O saldo das captações da Caixa subiu 4,5%, chegando a R\$ 984,1 bilhões. Já o resultado operacional teve alta de 272%, totalizando R\$ 4 bilhões. Outro dado positivo. A inadimplência caiu 0,7 p.p e encerrou o ano em 2,88%, a menor do mercado.

Entre todos os dados divulgados, um chama atenção. Embora os calotes tenham reduzido, a Caixa elevou as despesas com provisões para devedores duvidosos (PDD). O valor saiu de R\$ 13,2 bilhões, em 2014, para R\$ 20,1 bilhões em 2016. São R\$ 6,9 bilhões que poderiam ser somados ao lucro, mas são destinados para o PDD.

O provisionamento total também teve alta, saindo de R\$ 33,881 bilhões, em 2015, para R\$ 35,775 bilhões, em 2016.

Há denúncias de que a elevação acontece justamente para reduzir o lucro e justificar as medidas tomadas pela direção do banco, como o enxugamento da folha, redução de salários e agora a tentativa de diminuir as provisões do Saúde Caixa, comprometendo ainda mais o plano de saúde dos empregados. Desta forma, o banco é reduzido e perde importância.



No Saúde Caixa, inúmeros profissionais estão sendo descredenciados. É só prejuízo

Muitos problemas no Saúde Caixa

O Saúde Caixa vai de mal a pior. Não se trata de dificuldades financeiras e, sim, de uma infinidade de problemas que os usuários vivem na pele. O plano que outrora foi um grande orgulho da categoria e familiares, hoje passa por momentos inexplicáveis de descontrole, cobranças indevidas, descredenciamentos de profissionais, morosidade nos processos de autorização prévia e de reembolso de despesas.

Uma pequena amostra das amarguras sofridas pelos usuários está bem retratada nas muitas queixas postadas no Facebook, grupo Saúde Caixa – Usuários. Lá, é possível encontrar relatos do quão lastimável está o atendimento às demandas dos usuários. Não se sabe a quem recorrer para reparação dos problemas.

As campeãs das reclamações são as divergências no Informe para o Imposto de Renda e a morosidade no reembolso de valores. É bom lembrar que em todos os Estados existem empresas de auditoria médica que servem, em tese, para agilizar os processos de autorização e reembolso.

Observa-se também, que a página do Saúde Caixa na internet, além de precaríssima em termos de conteúdo, não permite o acesso aos dados financeiros do usuário e, quando apresenta, os poucos dados estão em desacordo com a realidade. Nos tempos atuais isso é inadmissível, principalmente porque existe uma suposta empresa para dar suporte, mas não funciona.

Não bastasse isso, em janeiro último, a Caixa anunciou um aumento absurdo nas mensalidades, na participação do empregado nas despesas de utilização de con-

sultas e procedimentos e no teto do valor anual de coparticipação, em torno de 75%. Tudo de forma unilateral, sem levar o debate ao Grupo de Trabalho específico e muito menos ao Conselho de Usuários.

Por força de Ação Judicial pedindo o cancelamento do reajuste, impetrada por diversas entidades representativas (FENAE, CONTRAF e Sindicatos), o reajuste está suspenso. O mais importante e curioso nessa história é que o aumento desrespeita o acordo aditivo à convenção coletiva de trabalho, que obriga o banco a negociar previamente mudanças no plano de saúde.

A medida foi apresentada sem qualquer balanço ou justificativa, principalmente porque o plano de auto gestão é superavitário, cujo acúmulo atinge em torno de R\$ 700 milhões. Outro anúncio pegou os empregados de surpresa. O presidente do banco, Gilberto Occhi, informou que pretende reduzir em 50%, ou seja, R\$ 14 bilhões, as provisões para o Saúde Caixa. A intenção é fazer as mudanças ainda neste semestre.

Conselho de Usuários

Espera-se que o Conselho de Usuários eleito em janeiro e empossado em março, embora não tenha o poder de interceder ou participar diretamente na gestão do Plano, possa estabelecer uma comunicação com os usuários de forma ágil e tempestiva para que, junto com as entidades representativas, incluindo aí AGECEF e FENAG, apresente ações efetivas para a solução dos entraves e melhoria no processo de gestão, sobretudo no combate à falta transparência administrativa e financeira do Saúde Caixa.



Fique por dentro dos seus direitos

O Brasil passa por um momento delicado. Mudança de governo. Reformas. Muito se fala sobre o que o Congresso Nacional discute. A grande mídia dá uma versão. Setores de esquerda, outra. São muitas informações. Todas carregadas de paixão.

Sem o calor do debate partidário, a AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) esclarece agora pontos dos três projetos mais polêmicos em tramitação no Congresso Nacional. Confira abaixo.

Reforma da Previdência

A Previdência realmente precisa de mudanças para dar sustentabilidade fiscal e incentivo à produtividade. Mas, a reforma apresentada não ataca o problema de frente. Aumenta a idade mínima exigida para se aposentar, os anos de contribuição, no entanto não cobra a dívida das grandes empresas. O valor, estimado em R\$ 426 bilhões, cobre o déficit da Previdência Social, de R\$ 149 bilhões.



Reforma Trabalhista

O governo alega que a CLT precisa ser atualizada, pois alguns setores da economia, como o de tecnologia, não são atendidos. A proposta prevê a negociação de 12 itens entre trabalhadores e empresas: parcelamento de férias, jornada de trabalho - com limite de 12 horas diárias - PLR, jornada de deslocamento, intervalo entre as jornadas, extensão do acordo coletivo após o término, participação no programa de

seguro-emprego, plano de cargos e salários, banco de horas, remuneração por produtividade, trabalho remoto e registro de ponto.

Esses direitos a serem negociados causam polêmica. Hoje, a CLT obriga as empresas a cumprirem com a legislação. Não há negociação. A partir do momento que a lei for flexibilizada, as empresas não vão querer perder e o trabalhador pode ficar desassistido.

Terceirização

A terceirização da atividade-fim da empresa é uma das principais polêmicas atualmente. Há muito tempo a proposta é debatida. O governo fala em dar assistência aos mais de 12 milhões de trabalhadores terceirizados. Os sindicatos dizem que a medida na verdade acaba com o emprego com carteira assinada. Isso porque, a partir do momento em que uma empresa puder contratar outra para que realize todas as atividades, ela fica livre das responsabilidades trabalhistas. Se o empregado tiver os direitos desrespeitados terá de reclamar às terceirizadas, que, no Brasil, costumam não cumprir com a legislação.



AGECEF-BA marca presença em um ENAGECEF. Associação mostra que é preciso participar para mudar realidade na Caixa

AGECEF-BA é presença ativa no ENAGECEF

Mais uma vez, a AGECEF-BA (Associação dos Gestores da Caixa) marcou presença no ENAGECEF (Encontro Nacional dos Gestores da Caixa), realizado em São Paulo. O vice-presidente da AGECEF-BA, Luciano Talavera, e os diretores Antônio Messias, Sâmio Cássio Carvalho e Carlos Alberto Afonso Costa e mais 116 gestores participaram de ricos debates durante os dois dias de evento.

O diálogo foi aberto para todos os gestores e a Bahia, claro, marcou posi-

ção, sobretudo diante do cenário difícil vivenciado pelos empregados do banco. A política da empresa mudou. Muitos gestores estão perdendo a função arbitrariamente.

As condições de trabalho não estão boas. A pressão cresce, o que impacta na saúde. Diante do quadro, foram deliberadas a criação de três Grupos de Trabalho: GT GDP, GT Saúde CAIXA, GT FGTS. O espaço é fundamental para entender e dar voz aos anseios dos empregados Caixa.

